



CONSTRUÇÕES COM SE APASSIVADOR E SE INDETERMINADOR: GRAMÁTICA TRADICIONAL X LINGUAGEM FALADA

CABANA, Laís Tiemi Horiye¹
Cardoso, Paula Fernanda Eick²

1. Acadêmica do curso de Licenciatura em Letras Português e Inglês e Respectivas Literaturas –
laistiemi@yahoo.com.br
2. Professora do Departamento de Letras Vernáculas Faculdade de Letras/UFPel –
paulaeick@terra.com.br

Introdução

Muitos estudiosos têm procurado revelar o estado caótico da teoria de língua e linguagem em nossas gramáticas, denunciando os disparates, as discrepâncias, as formulações teóricas incorretas, as abonações inadequadas e muitas vezes as contradições dentro da mesma gramática. Haüy (1994 apud BAGNO, 2003, p.125), por exemplo, afirma que “a maioria das definições dos fatos gramaticais da sintaxe portuguesa é falsa, no sentido de que não só contrariam princípios fundamentais do conceito de definição como também certos princípios lógicos do pensamento, além de estabelecerem completa inadequação entre a teoria e a prática.”

As passivas sintéticas ou pronominais como pseudopassivas

Um desses ilogismos encontrados na sintaxe portuguesa foi analisado quando Said Ali publicou, em 1908, a primeira edição das *Dificuldades da língua portuguesa*. Ele decidiu atribuir à partícula “se”, a inquestionável função de sujeito com base em critérios semânticos e não sintáticos. Segundo esse autor, o “se” é interpretado como referente a alguém que não queremos especificar ou determinar e, exatamente por isso, pode desempenhar a função sintática de sujeito. Essa classificação, no entanto, contraria os preceitos sintáticos da Gramática Tradicional (GT), segundo os quais o “se” não pode ser sujeito, porque é um pronome com função de complemento, conforme determina a própria história da língua, a qual remonta as características do sistema de casos do latim.

A título de exemplo, observemos as frases abaixo:

- 1 (a) Compram-se muitos mantimentos naquele estabelecimento comercial.
(b) Compra-se muito naquele estabelecimento comercial.

De acordo com as gramáticas normativas, o “se” não é classificado da mesma maneira nas frases acima. Em (1a), o “se” é pronome apassivador e em (1b), o “se” é índice de indeterminação do sujeito. Essa classificação resulta, segundo os

preconizada pela GT para as passivas sintéticas não é respeitada. Observemos as frases abaixo:

3 (a) “Num debate entre gente mais culta do que eu, reclamei do primarismo com que se rotula os outros.” (Folha de São Paulo, 18/09/1999, p. 1-2)

(b) “Salta-se do trem; transpõe-se poucas centenas de metros entre casas deprimidas (...)” (*Os Sertões*, 1902)

Em (3a), o sujeito do verbo “rotular” é o constituinte “os outros”, logo o “correto” seria “com que se rotulam os outros”. Em (3b), a função de sujeito é desempenhada pelo constituinte “poucas centenas de metros”, portanto o “correto” seria “transpõem-se poucas centenas de metros”. Podemos concluir que, na verdade, a inobservância dessa regra de concordância verbal não resulta do baixo nível cultural dos brasileiros, mas sim de uma propriedade da própria estrutura sintática da língua.

Marcos Bagno lembra ainda que o policiamento excessivo exercido pela escola faz com que surjam frases como (4a), produzida pelo jornalista Gilberto Dimenstein e (4b), encontrada em um documento oficial do Ministério da Educação.

4 (a) “Não se falam em evoluções sociais...”

(b) “Embora não se disponham de séries históricas...”

Seguindo novamente as determinações da GT, temos nos exemplos acima sujeito indeterminado. Nesse caso, os constituintes “revoluções sociais” e “séries históricas” são complementos dos verbos “falar” e “dispor”, respectivamente, o que os impede de determinar a flexão verbal. Portanto a forma “correta” seria “não se fala em revoluções sociais” e “não se disponha de séries históricas”. Com o intuito de perpetuar a crença na existência das passivas sintéticas no português do Brasil, os gramáticos dizem que “Vendem-se casas” é equivalente a “Casas são vendidas” e que, por essa razão, o verbo deve ser conjugado no plural. Esse truque tem gerado construções estranhas, como as apresentadas abaixo.

5 (a) Não se discute futebol. = Futebol não é discutido.

(b) Quantos minutos se levam daqui até o carro? = Quantos minutos são levados daqui até o carro?

Nenhum brasileiro produz as frases sublinhadas acima. Elas são artificiais. Os gramáticos atribuem um valor passivo a enunciados que o falante analisa intuitivamente como ativo. Quando escrevemos ou falamos “Vende-se casas”, não a analisamos como “Casas são vendidas”, mas sim como “Alguém vende casas”.

É importante lembrar que já há gramáticos, como Bechara, que admitem a re-análise dessas comparações. Segundo Bechara, o “se” como índice de indeterminação do sujeito estendeu seu papel aos verbos transitivos diretos, nos quais a interpretação passiva passa a ter um caráter impessoal, e assim o falante não faz mais a concordância, pois o que era sujeito passou a ser entendido como objeto direto.

Pseudopassivas nas redações do vestibular da UFPel

No trabalho com as redações do projeto de pesquisa “Banco de textos constituídos por redações do vestibular da UFPel”, percebemos a ocorrência do fenômeno lingüístico descrito por Bagno. Então, mesmo numa situação em que os candidatos sabem que não apenas o conteúdo expresso em seus textos, mas a própria forma de linguagem será avaliada, dificilmente encontramos a aplicação da regra de

concordância verbal preconizada pelos gramáticos para as passivas sintéticas. Observemos os exemplos abaixo.

- 6 (a) “que se forme pessoas” (c) “relaciona-se alguns aspectos”
(b) “ensina-se muitas matérias”

O candidato, depois de pelo menos onze anos de instrução formal, ignora a regra de concordância preceituada pela GT. Diante dessa realidade, restam certas indagações: será que os alunos do Ensino Fundamental e Médio devem aprender a respeitar uma regra que não é observada nem mesmo por importantes membros da Academia Brasileira de Letras? E qual é a origem dessa regra de formação das passivas sintéticas?

Com relação à primeira pergunta, é importante salientar que parece não haver ensino sistematizado capaz de modificar uma regra sintática internalizada pelo falante quando em contato com a língua utilizada por sua comunidade lingüística. Já com relação à segunda, talvez essa regra tenha surgido pela hipercorreção no uso dos pronomes reflexivos.

O importante nesse momento é que, embora os textos dos vestibulandos não retratem o uso espontâneo da língua portuguesa, indubitavelmente fornecem subsídios para a análise dos conhecimentos internalizados pelos candidatos ao longo de suas diferentes experiências com a língua portuguesa, seja no meio familiar, social ou escolar. A interferência de diversos modelos na construção do saber lingüístico dos candidatos começa já a oportunizar investigações com foco, por exemplo, na ação da vivência escolar sobre a gramática natural do candidato e no trabalho com a língua materna realizado pelo Ensino Fundamental e Médio.

Considerações finais

Esses estudos são extremamente relevantes, uma vez que permitem o exame das características da linguagem utilizada por alunos do sistema educacional brasileiro à luz de teorias lingüísticas. Além disso, as observações podem estimular a reflexão sobre o ensino de língua materna que apresenta muitos problemas como, por exemplo, quando os professores insistem em ensinar teoria gramatical aos alunos, ignorando o fato de que ela é o pressuposto de qualquer ato de fala.

Marcos Bagno afirma que os professores deveriam fazer o aluno “crescer em linguagem”, melhorar o seu nível vocabular, reconhecer os recursos expressivos da língua, tomar conhecimento das potencialidades do português. Entretanto, a escola tem assumido outra prática: alfabetizando o aluno, persiste a convicção de que ele não sabe a língua, pois ainda não escreve sem erros na ortografia vigente.

No que diz respeito às redações, elas são vistas como mera aplicação de regras gramaticais que devem ser memorizadas pelos alunos. As conseqüências aparecem na avaliação: ao invés de privilegiar o conteúdo e a criatividade do aluno, os professores tendem a assinalar implacavelmente todos os erros de grafia, pontuação e sintaxe. Assim, o aluno não faz redação para se expandir linguisticamente e manifestar suas emoções ou idéias, nem para aprender a estruturar seus pensamentos por escrito; o aluno faz redação para o professor corrigir e atribuir uma nota. Nessa medida, o presente trabalho pretende fornecer dados que possam contribuir para a compreensão da estrutura do português escrito pelos candidatos ao

vestibular da UFPel, a fim de que tenhamos, futuramente, instrumentos para discutir com a comunidade escolar estratégias que permitam o aprimoramento do trabalho com a língua materna.

Referências

BAGNO, Marcos. *Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2003.

NUNES, J. N. *O famigerado se: uma análise sincrônica e diacrônica das construções com se apassivador e indeterminador*. Dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas, 1990.